

AMAZÔNIA

Há varias décadas a Amazônia Brasileira vem sendo apresentada ao mundo como uma região uniforme, monótona e desprovida de diversidade fisiográfica, social e ecológica. Enfim, um espaço sem gente, nem história, nem tradições próprias e, portanto, sujeito a manipulações através de planejamentos feitos a distância ou passível de receber propostas de obras faraônicas vinculadas a uma inconsistente ideologia de desenvolvimento regional.

Segundo análise do prof. Aziz Ab'Saber - um especialista em questões amazônicas - o tempo se encarregou de mostrar os múltiplos - e quase sempre irreversíveis - fracassos das políticas públicas endereçadas a região: houve sangria de recursos públicos, subsídios dirigidos para classes dominantes e total ausência de previsão de impactos ecológicos e sociais nos mais diversos projetos; malogros das políticas fundiária, agropecuária e indigenista; total desprezo pelo destino das populações locais dependentes da floresta (índios, seringueiros, castanheiros, caboclos). Tudo isso - alerta o prof. Saber - como resultado do descaso e da ausência completa de criatividade na busca de modelos auto-sustentados e não predatórios de desenvolvimento.

Polemicas - Entre o inicio da construção da rodovia Transamazônica (9/10/1970) e o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes (22/12/1988) - dois marcos na história da colonização e exploração da Amazônia, foram canalizados para a região mais de US\$ 10 bilhões em incentivos fiscais e financiamento de programas. Executada sem qualquer critério de preservação ambiental, a grande maioria desses projetos acabou provocando um quadro de devastação que, em especial a partir de 1988, desencadeou uma polemica internacional a respeito do papel que a Amazônia desempenharia para o equilíbrio da biosfera do planeta. A polemica se acendeu e ecologistas e entidades ambientalistas do mundo inteiro quiseram assegurar o direito de exercer um controle sobre os programas de exploração coordenados pelo governo brasileiro. Pressionado por entidades ambientalistas e lideres políticos, o Banco Mundial firmou uma posição rígida, passando a vincular a liberação de empréstimos a proteção do meio ambiente. De fato, algumas das obras mais polemicas realizadas na região foram financiadas com recursos do Banco Mundial. E o caso da usina hidrelétrica de Balbina (AM) - cujo reservatório inundou 2.360 km² de matas, a um custo de US\$ 750 milhões. Dos 950 projetos agropecuários contemplados até 1985 com recursos de US\$ 700 milhões, mais de 90% ainda encontra-se em situação irregular.

E os desmatamentos prosseguem, embora em ritmo decrescente: de acordo com dados do Inpe, a área devastada atingia, em fev. de 1991, 410.421 km² - o que representa cerca de 9% da floresta e equivale a uma área quase duas vezes o tamanho do estado de São Paulo. Verificou-se ainda que, apesar da redução dos desmatamentos (13.818 km² em 1990, contra 17.871 km² em 1989), eles cresceram em dois estados: no Amapá e sobretudo em Rondônia, onde quase a metade do território cultivável já foi atingida pela devastação.

Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará são os estados onde há maior número de focos de incêndio. Mato Grosso lidera as queimadas: o satélite Noaa, monitorado pelo Inpe, constatou, em jun. e jul. de 1991, um total de 6.076 focos de incêndio nesse estado, contra 2.971 no Tocantins, 1.962 no maranhão, 1.426 no Pará e 254 em Roraima. A nuvem de fumaça provocada pelas queimadas na Amazônia já estaria alcançando a Antártica e a África, de acordo com estudo do

meteorologista Alberto Setzer, do Inpe, apresentado em jul. de 1989. Esses números causaram certo desconforto na população. Mas há muito de exagero em toda essa polemica e muitas afirmações não foram comprovadas cientificamente. A devastação da Amazônia, que abriga cerca de 33% das florestas tropicais úmidas ainda existentes no planeta, pode, de fato, alterar o controle climático da Terra, na medida em que diminua o seu poder de atenuar o "efeito estufa" (a floresta amazônica retira da atmosfera 1,2 bilhão de t. anuais de gás carbônico, mais de 20% do total lançado em todo o mundo), e sua produção de calor (que garante a estabilidade climática nos países do Hemisfério Norte). Mas não são as queimadas as únicas responsáveis pelo lançamento de gás carbônico na atmosfera; enquanto o Brasil - incluindo sua produção industrial - responde por 5% desse total, os EUA, por exemplo, lideram o ranking de poluição com 22,8%.

Também não possui sustentação científica a afirmação de que a Amazônia funcionaria como "pulmão do mundo" pois sua vegetação consome praticamente todo o oxigênio que produz - característica de ecossistemas que se encontram em estado de equilíbrio. Previsões sobre a desertificação de áreas desmatadas não levam em conta a impossibilidade, por motivos climáticos, de que essa região úmida se torna árida. Já a suposição de que a Amazônia poderia se transformar no "celeiro do mundo" esbarra no fato de que apenas pouco mais de 10% dos solos - cerca de 50 milhões de há - são produtivos. A exuberância da floresta é resultado de um longo processo evolutivo, durante o qual a comunidade desenvolveu um sistema de reciclagem de material, altamente eficaz, em que os nutrientes ficam preferencialmente retidos nos tecidos vivos.

Além de alterações no controle climático do planeta, há outras conseqüências ambientais desastrosas provocadas por queimadas, desmatamentos, colonização e exploração desordenados na Amazônia. Das mais dramáticas é a extinção maciça de espécies de animais e plantas, por exemplo, que ameaça a maior reserva genética do mundo (cerca de 80.000 espécies vegetais e 30 milhões de animais, que correspondem a 30% do total); a um ritmo quinhentas vezes maior do que o regulado pela própria natureza, desaparecem diariamente centenas de espécies - em boa parte nem sequer identificadas pelo homem - que não só tem um papel a desempenhar no equilíbrio dos ecossistemas como também o seu material genético poderia oferecer uma série de aplicações científicas (a Biotecnologia e o ramo da ciência que mais tem se dedicado a pesquisas nessa área).

De toda água doce que chega aos oceanos, 20% vem da bacia amazônica (a maior do mundo, com 5,8 milhões de km²); o assoreamento (obstrução) de rios, provocado por erosões e resultante de utilização inadequada do solo, pode comprometer a longo prazo o volume de águas na região, além de prejudicar a pesca, fonte básica de alimentação a de milhares de pessoas.

Outra atividade humana que vem submetendo a grandes impactos tanto o ambiente terrestre quanto o aquático é a mineração do ouro. Além de remover grandes áreas de florestas e de desestruturar o solo, uma conseqüência séria é a contaminação das águas dos rios pelo mercúrio utilizado nesse processo. Efeito também nefasto da colonização desordenada recai sobre a população indígena - hoje reduzida, na Amazônia, a cerca de 135.000 pessoas -, cujas reservas tem seus limites constantemente desrespeitados por garimpeiros, migrantes e empresas envolvidas na exploração de recursos naturais.

A construção de uma rodovia ligando o Acre ao Peru - um prolongamento da BR-364 financiado por capital japonês - pode atrair uma nova leva de migrantes e conduzir o Acre (praticamente intocado) a um processo de devastação semelhante ao ocorrido em Rondônia. Técnicos do governo e entidades ambientalistas divergem também quanto as conseqüências da construção a prevista, até 2010, de 79 hidrelétricas na região. O tratamento inadequado da mata a ser inundada pode ocasionar - além da perda de madeira e da extinção de espécies - alterações

químicas na água dos reservatórios, originadas da decomposição do material vegetal submerso.